



PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE LEITURA NA PINTURA DO SÉCULO XIX

PRACTICES AND REPRESENTATIONS OF READING IN THE PAINTING OF THE 19TH CENTURY

Ana Cristina Santos Farias¹
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este artigo apresenta um panorama das representações acerca das práticas de leitura presentes em algumas pinturas, sobretudo obras do século XIX. Para isso, realizou-se levantamento iconográfico sobre diversas práticas de leitura predominantes na longa história da leitura no ocidente, até o início do século XX. Nos resultados, observou-se que o ato de ler esteve associado a gestos lascivos que questionavam o caráter da leitora. Paralelamente a essa visão, houve representações que elevavam o *status* do cidadão letrado. Assim, o gesto de ler foi aceito com encantamento e desconfiança em distintas comunidades. Este estudo se desenvolveu sob os pressupostos teóricos da História Social da Cultura Escrita, a partir das noções de *práticas*, *discursos* e *representações*, conforme Roger Chartier.

Palavras-Chave: Arte; Leitura; Poder; Práticas; Representações.

¹ Endereço eletrônico: farias.cristina@gmail.com.

Abstract: *This article presents a panorama of the representations about the practices of reading present in some paintings, mainly works of the 19th century. For this, an iconographic survey was carried out on several reading practices that prevailed in the long history of reading in the West until the beginning of the 20th century. In the results, it was observed that the act of reading was associated with lewd gestures that questioned the character of the reader. Parallel to this view, there were representations that elevated the status of the literate citizen. Thus, the gesture of reading was accepted with enchantment and distrust in different communities. This study was developed under the theoretical assumptions of the Social History of Written Culture, based on the notions of practices, discourses and representations, according to Roger Chartier.*

Keywords: *Art; Reading; Power; Practices; Representations.*

INTRODUÇÃO

Neste artigo, serão abordadas algumas representações (CHARTIER, 1991a; BOURDIEU, 2008) históricas relativas ao ato de ler, todas associadas com as relações de poder em vigor em distintos tempos e lugares. Tais representações circularam nos mais diversos espaços, por meio de práticas e de discursos, mas também se materializaram em outros objetos culturais, tais como as pinturas, obras de arte que contam a história das representações oriundas de determinados segmentos sociais detentores do poder político e econômico e do *poder simbólico* (BOURDIEU, 2008) associado à linguagem, sobretudo à palavra escrita. As obras em questão são, sobretudo, do século XIX, período em que, entre avanços e recuos, as tecnologias de ler e de escrever se difundiram e alcançaram, mesmo que parcamente, as classes populares. Entretanto, foi entre as mulheres da elite que este bem cultural floresceu no século XIX e são essas mulheres que aparecem ilustradas na maior parte das obras aqui arroladas. Antes dessa imersão, contudo, cabem algumas considerações acerca de certas concepções caras a esta análise.

1 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

A leitura de obras de arte está associada a uma noção de texto mais ampla, que considera a leitura como um trabalho ativo de produção de sentidos e tudo aquilo passível de ser lido pode ser considerado como texto. Assim, um quadro, uma carta e um filme, para citar alguns, são textos. E, como tal, estão além dos códigos que os compõem e sujeitos à produção de sentidos. Outro elemento que norteará esta leitura é a noção de *representação*, que diz respeito às formas de perceber o mundo e à orientação das práticas sociais. Conforme Bourdieu (2008), trata-se de um mecanismo que se desenvolve no inconsciente coletivo, originado de outras representações sociais, em constante reformulação. Os critérios com que se avaliam certas situações, grupos ou indivíduos abarcam conjuntos de representações com valor de verdade que validarão ou cercearão certos comportamentos. São formas de classificação práticas que revelam a conexão presente entre as representações e a realidade objetiva, que também influenciam as representações. As classificações práticas são subordinadas a funções práticas e voltadas à produção de efeitos sociais.

Outro teórico que adota a noção de representações é Chartier (2002, p. 18), para quem as representações são “[...] matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” que comandam as atitudes dos atores sociais, traduzindo seus interesses e, paralelamente, descrevem a sociedade tal como esta é ou imagina ser. Para esse autor, a noção de *representação* pode ser considerada como a “pedra angular” dos estudos culturais. As *representações* moldam, por assim dizer, os *discursos* e as *práticas*. As *representações* dizem respeito à maneira como, em distintas sociedades, tempos e espaços, a “realidade” é construída, como são criadas as delimitações e as licenças, as hierarquias e as convenções que dão sentido às *práticas*. Esses códigos são compartilhados pelos sujeitos e são historicamente determinados pelas relações de poder (CHARTIER, 2002), elemento que rege as tramas das práticas sociais. A pintura, assim como as tecnologias de ler e de escrever, são parte daquilo que Bourdieu (2008) chamou de *capital cultural* e representam um “conjunto de bens” culturais historicamente associado às elites sociais. O acesso a tais bens foi (e permanece sendo) cercado de tensões, como se verá a seguir.

2 O PODER SIMBÓLICO DOS ESCRITOS

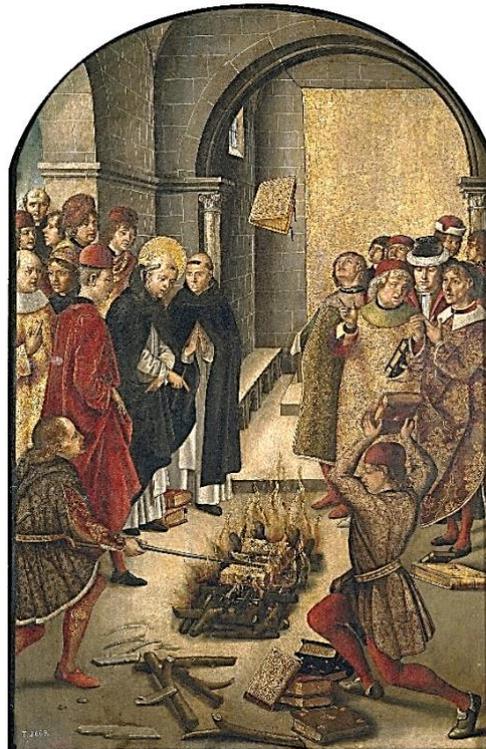
Conforme estudos compilados por Roger Chartier relativos a alguns países europeus, havia, no século XVI, um forte repúdio popular aos escritos. A escrita era veículo das decisões da justiça, fixava dependências econômicas dos mais pobres, aludia ao reconhecimento de dívidas e tinha um caráter profético. Havia muito medo em torno do poder dos escritos e sua relação com a realidade concreta. Presume-se que este cenário não se circunscrevia apenas à Europa, podendo ser tomado para todo o Ocidente do Antigo Regime que começava a tomar contato com textos escritos. A escrita representava o meio pelo qual o poder instituído exercia seu domínio sobre letrados e iletrados, o que fazia com que o povo visse com desconfiança tudo que se relacionava aos escritos, exceto os textos sagrados. Os letrados, por sua vez, também rejeitavam a ideia da difusão da escrita, por esta se constituir como elemento transformador da ordem social (CHARTIER, 1991b). Essa luta de forças está imbricada naquilo que Bourdieu (2003, p. 15) denomina *poder simbólico*, que é o “[...] poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder”. O poder não está na palavra em si, mas na força de quem a emite. E, nesse momento histórico, quem tinha o poder de enunciação era a toda poderosa Igreja Católica, que dizia não aos escritos mundanos.

A invenção da imprensa, feito que fez aumentar a difusão dos escritos, foi um elemento acirrador dos ânimos. Em Veneza, o padre dominicano *Filippo di Strata* argumentava que a invenção de *Gutenberg* corrompia os textos, visto que os colocava em circulação de forma prematura e repleta de falhas, com o único objetivo de obter lucro. Argumentava, também, que as publicações pervertiam os espíritos, difundindo textos imorais e heterodoxos e fugiam ao controle das autoridades eclesiásticas, além de corromperem o próprio saber, visto que eram divulgadas entre ignorantes que não

tinham o preparo para lidar com seu conteúdo (CHARTIER, 1991b). Percebe-se aí que as representações relativas à leitura e à escrita eram as piores. A difusão da capacidade de ler e de escrever aterrorizava o clero que, até então, dominava a produção e a disseminação do conhecimento. Afinal, a Igreja era a intérprete privilegiada da palavra de Deus. A Igreja tinha forte influência sobre a política, sobre a economia e sobre os bens culturais, e a difusão do saber possibilitada pela imprensa ameaçava esse domínio. Enquanto a produção livresca manuscrita passava pelo crivo da Igreja, controlando quem lia e o que se lia, a palavra escrita era um dos grandes trunfos do clero, pois este detinha as tecnologias da escrita, da leitura e da confecção dos livros, e, sobretudo, o conhecimento neles encerrado. Para tentar controlar o que já não tinha como fazer recuar, a Igreja usou a força. Por meio da Inquisição, muitos livros foram confiscados aos seus donos e queimados em fogueiras, destino muitas vezes reservado também ao autor, ao editor e ao leitor. Não era permitida a livre circulação de livros – e, conseqüentemente, de ideias –, afinal “[...] o livro indicava autoridade, uma autoridade que decorria, até na esfera política, do saber que ele carregava” (CHARTIER, 1999, p.84).

A “conquista da leitura” foi reprimida com muita violência pelo clero. A figura feminina, constantemente associada a gestos lascivos, foi vista com desconfiança pela sociedade. No entanto, o poder da Igreja não foi suficiente para impedir a circulação dos escritos e dos saberes que eles faziam transitar entre os seus fiéis – e entre os não tão fiéis também, permitindo que cada vez mais sujeitos desejassem se apropriar das habilidades de ler e de escrever, em alguns casos, ou apenas usufríssem de uma forma de leitura passiva (como ouvintes) dos escritos que começavam a se multiplicar em diversos meios sociais.

Fig. 1 – *São Domingos de Gusmão e os Albigenses*, do século XV, Pedro Berruguete



Fonte: <https://commons.wikimedia.org>

Por meio dos autos de fé empreendidos pela Inquisição, a Igreja Católica², demonstrando todo poder que resguardava, impôs sua vontade, tanto no sentido de evitar que os leitores elaborassem interpretações autônomas acerca do texto sagrado, quanto no sentido de evitar que outras formas de fé se disseminassem, conforme embate com os Albigenses mantido ao longo de anos e que culminou com o extermínio desse povo e de sua fé.

3 PARTICIPAÇÃO NA CULTURA ESCRITA

A relação com a cultura escrita nem sempre ocorre de forma direta, mas o fato é que todos estão imersos na cultura do escrito, com ou sem domínio das tecnologias de ler e escrever. Ou seja, mesmo sem saber escrever ou ler, a escrita afeta os cidadãos, na medida em que há documentos escritos que estão relacionados aos mais diversos sujeitos, tais como as certidões de batismo e de casamento, os inventários, as leis, os jornais etc. Todos esses textos que compõem as culturas do escrito existem em relação a letrados e iletrados.

² A cena do século XIII retrata o mito em que São Domingos lança os livros dos albigenses na fogueira e também a bíblia, que, por conter o texto sagrado, a verdade, flutua, ao passo que os livros heréticos não resistiam ao fogo, sendo destruídos (CHARTIER, 1999).

Fig. 2 – *Interior com menina que lê* – Henrique Bernardelli, 1876-1886.



Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

Fig. 3 – *Arrumadeira curiosa* – Almeida Júnior, séc. XIX.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/>

Nas figuras 2, 3, os quadros retratam a leitura de pessoas que, aparentemente, pertencem às classes populares. O que se pode ver representado é que a leitura também fazia parte do cotidiano desse estrato social, seja como uma habilidade plenamente desenvolvida ou como resquício de alfabetização. As habilidades de leitura e de escrita também se desenvolviam pela necessidade imposta pela atividade desempenhada, ou, ainda, como um desejo – que poderia ou não ser concretizado. Contudo, não se pode afirmar seguramente que a leitura era uma habilidade plenamente difundida, ou desenvolvida, nas classes mais baixas. Do mesmo modo que não se pode afirmar que uma pessoa retratada num gesto de leitura realmente era capaz de ler.

Apesar disso, a leitura também tinha seus leitores nos estratos mais baixos, e, segundo Abreu (2012), com a popularização do ato de ler, a classe dominante teve a necessidade de demarcar seu território, cunhando distinções entre as boas e as más leituras, entre sábios e ignorantes, entre maneiras erradas ou corretas de ler. Se tantas pessoas liam, era preciso haver distinções entre o que os pobres e os ricos liam e como liam. Percebe-se aí uma demarcação de poder semelhante àquela em que,

contemporaneamente, elegem-se alguns bens culturais como valorosos em detrimento de outros.

Independentemente de a leitura ser, de fato, uma habilidade daquelas pessoas, as pinturas revelam que, naquela época, o ato da ler era algo que merecia ser registrado, conforme as figuras 4, 5. As pessoas públicas, membros das classes mais abastadas, eram retratadas ao lado de livros, lendo ou escrevendo, o que demonstra a representação de que a leitura gozava naquela sociedade e para aqueles sujeitos.

Fig. 4 – *Victorino Camilo* – Almeida Júnior, 1889



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>

Fig. 5 – *Prudente de Morais* – Almeida Júnior, 1890



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/>

Outros membros da elite também eram, frequentemente, retratados entre seus livros, símbolos de um *status* a que poucos tinham acesso e que revelavam uma condição difícil de ser alcançada pelas pessoas comuns: a de sujeito letrado. Vê-se aí uma representação da leitura e da escrita como símbolo de *status* da elite letrada (ou que se queria letrada). É o que se vê representado nos quadros de Almeida Júnior, retratista da elite brasileira do século XIX. A presença do livro, do texto, é indicativa do valor dado a essa habilidade e demonstração de intelectualidade.

Fig. 6 – *Cenas da família de Adolfo Pinto* – Almeida Júnior, 1891



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Adolfo_Pinto

Além da leitura e da escrita, a emergência da vida privada e a ascensão do indivíduo também cunharam suas marcas na pintura, sobretudo do século XIX. São diversas cenas do cotidiano e da intimidade eternizadas nas telas, nas quais se distinguem as marcas de uma época e de uma sociedade cada vez mais laicas, que constituíram diversas bibliotecas privadas, proporcionando, cada vez mais, a expansão das práticas de leitura. É bem verdade que esse movimento ocorria entre a elite letrada, cujo gesto de instrução se alinhava aos projetos de nação e de progresso dos detentores do poder. Entretanto, ressalte-se, manter uma biblioteca nem sempre significou conhecimento das tecnologias da leitura e da escrita, pois, mesmo entre iletrados, a posse de livros denunciava *status* e pertencimento às camadas mais altas da sociedade.

O século XIX chegou junto com a ameaça oferecida pelos impressos que se propagavam com o crescente número de leitores. Nesse século, também em função dos avanços da escolarização, perdeu-se o controle sobre quem lia e o que se lia. Ainda que permanecesse a militância da Igreja, esta seguiu enfraquecida pelas novas representações sociais que a sociedade moderna validava. Assim, nesse ambiente de embates e de conflitos, a leitura e a escrita se estabeleceram como habilidades próprias

dos sujeitos comuns em suas práticas culturais, o que permitiu que diversos gêneros textuais perfilassem o universo das práticas de leitura e de escrita cotidianas. Ressalte-se aqui que a expressão *sujeitos comuns* não significa representantes das classes mais baixas, pois o acesso à escolarização era para poucos. Os sujeitos comuns eram os diversos homens e mulheres que, não sendo literatos, participaram, mesmo que timidamente, da cultura escrita de seu tempo. Ler e escrever eram tecnologias a que pouquíssimos tinham acesso. Prevalencia a ideia de que a escola era para um público seletivo, o que não incluía negros ou mulheres, embora devesse.

Fig. 7– *Reading lound (Leitura em voz alta)* – Per Eskilson, 1856



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/>

Fig. 8 – *A alegre família*, de Jan Steen, Leiden, 1665



Fonte: https://nl.wikipedia.org/wiki/Jan_Steen#/media/File:Jan_Steen_Vrolijke_huisgezin.jpg

O acesso à cultura do escrito permitiu que se desenvolvesse, gradativamente, uma prática de leitura privada, ainda em voz alta, o que podia ocorrer em ambiente familiar e/ou religioso, ou promovida por grupos que se reuniam para declamar poesias, como ilustram as figuras a seguir. Percebe-se aí que as representações acerca da leitura se ampliaram bastante desde os primeiros contatos com os escritos aqui relatados. Além do caráter religioso e de cunho oficial presente no texto escrito, as pessoas comuns passaram a ter acesso a outras sociabilidades relacionadas à leitura, que lhes permitia o deleite individual ou em grupos.

Essa relação com os escritos foi se tornando comum também nos ambientes privados, transformando as práticas cotidianas das famílias. Saber ler foi “[...] a condição obrigatória para o surgimento de novas práticas constitutivas da intimidade individual” (CHARTIER, 1991b p. 119). Isso possibilitou uma relação pessoal com o texto que dispensava mediações e deu ao leitor o controle sobre a leitura religiosa, o que forjou uma nova relação com a divindade, com os pares e com o poder instituído, pois o seu entendimento já não dependia da leitura de um outro. Esse fato novo que é a livre interpretação significa, segundo Silva (2005, p. 68), “[...] que o homem ascende ao Ser, ou seja, preenche suas potencialidades, vem a ser, através da compreensão. [...] Este *tornar-se* nunca é desprovido de compreensão”. É pela *apropriação* dos *discursos* que o sujeito alcança a compreensão, o que permite que ele dê sentido à realidade que o cerca, criando ou transgredindo convenções, rompendo com a *doxa* (BOURDIEU

EAGLTON, 1996), e também permite que ele se projete nessa realidade a partir de uma identidade, de uma percepção de si. É pela perda da ingenuidade, segundo Bourdieu, que o indivíduo consegue quebrar as violências simbólicas a que está sujeito e das quais é cúmplice (BOURDIEU; EAGLETON, 1996).

De acordo com Silva (2005), é por meio da linguagem que a existência humana se manifesta e concretiza, ao que se completa: é pelos meios de recepção, de compreensão e de difusão dos discursos que o homem se individualiza e patenteia sua existência. Percebe-se que as representações relativas à leitura se ampliaram e se distanciaram daquelas mantidas em tempos mais recuados.

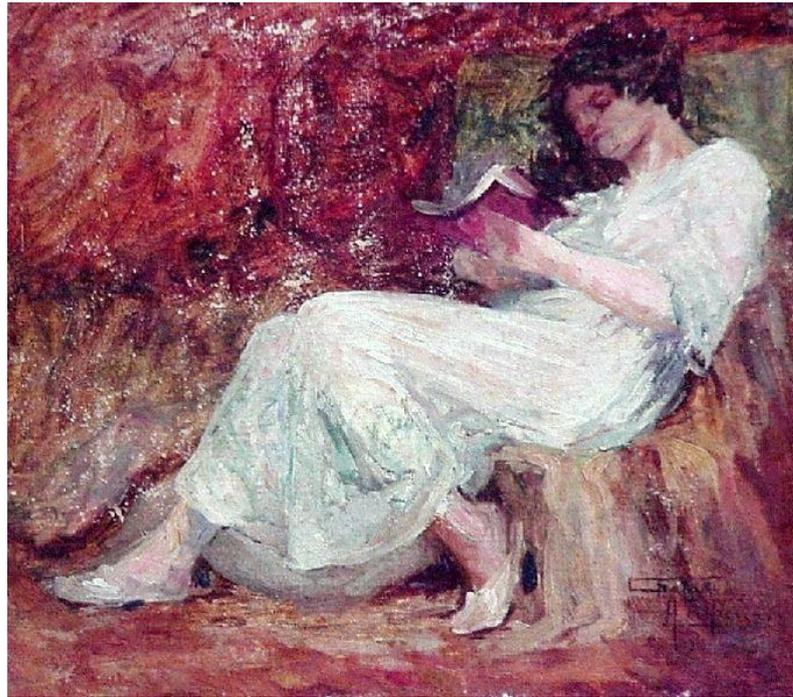
4 ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DA LEITURA FEMININA NA ARTE

A leitura, que até então era majoritariamente religiosa e masculina, ao se privatizar, encontrou na mulher do século XIX uma grande adepta. O modo de vida feminino, de hábitos mais reclusos e mais voltados para a vida privada, favoreceu o desenvolvimento da mulher como leitora, embora tivesse que superar o analfabetismo e o controle social perpetrado pela Igreja e pela sociedade.

Alguns quadros de pintores brasileiros, assim como as de outros pintores ocidentais, ilustram as *representações* sobre a leitura, que vigoraram no século XIX e início do século XX. As fontes iconográficas a seguir oferecem subsídios para que se avaliem algumas dessas representações da leitura, percebidas pelos diferentes sujeitos leitores e pela sociedade, de modo geral.

Talvez em busca de driblar a censura, os leitores foram buscando manter a privacidade em relação ao conteúdo de suas leituras. Isso só foi possível pelo fato de a vida privada ter modificado não apenas os sujeitos, mas também os espaços em que eles viviam. Desse modo, as moças, por exemplo, podiam contar com o recôndito de seus quartos como um refúgio “seguro” para suas leituras. Entretanto, o “segredo” também levantava desconfianças, colocando as jovens que liam sempre sob suspeita.

Fig. 9 – *Leitura matinal* – Antônio Parreiras, 1916.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki>

Fig. 10 – *Figura decorativa* – José Malhoa, 1902



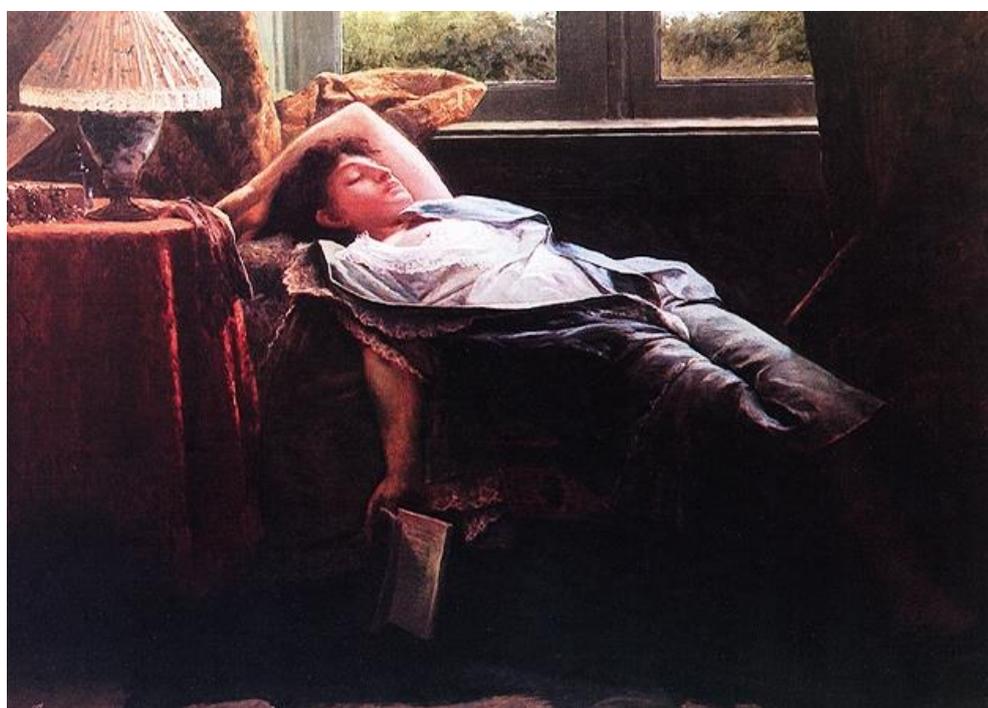
Fonte: <https://upload.wikimedia.org/>

Nas figuras 9, 10 e 11, a mulher do século XIX, acompanhada de seu livro, é retratada num aparente estado de languidez e de abandono. Sua prática de leitura está longe de ser aquela prescrita pelas convenções sociais que ditavam os modos e maneiras de se comportar, mesmo quando a sós. Os romances amatórios ofereciam um risco às moças casadoiras e há inclusive um romance no qual a influência “nefasta” da leitura aparece representada. Trata-se da obra *Madame Bovary*, de Flaubert, cuja personagem principal, *Emma Bovary*, “deixou-se levar” pelas ideias românticas dos livros que lia.

Essa lassidão retratada não era bem vista pela sociedade patriarcal. O médico e deputado baiano José Lino Coutinho escreveu, em forma de cartas, um tratado sobre a educação moral e religiosa de sua filha, Cora. Nele, entre outras recomendações, o médico orienta que sua filha leia apenas os clássicos da literatura, evitando os romances “amatórios”, pois tais

[...] composições, pintando o amor com vivas e brilhantes cores, como origem inefável de gozos e prazeres, arroja o belo sexo em um pélago de infortúnios e desgraças: são estas terríveis obras que pintando o homem e o amante como um anjo, e colocando a felicidade nos seus braços, perde a maior parte das mulheres quando, por assim dizer, seduzidas se entregam todas ao amor, porque depois só encontram seres defeituosos e fracos que as abandonam, ou, pelo menos, não correspondem ao justo a idéia que deles haviam feito (COUTINHO, 1849, p. 84 apud REIS, 2000, p.169).

Fig. 11 – *Repouso* – Almeida Junior, séc. XIX



Fonte: <https://www.wikiart.org/en/jose-ferraz-de-almeida-junior/repouso>

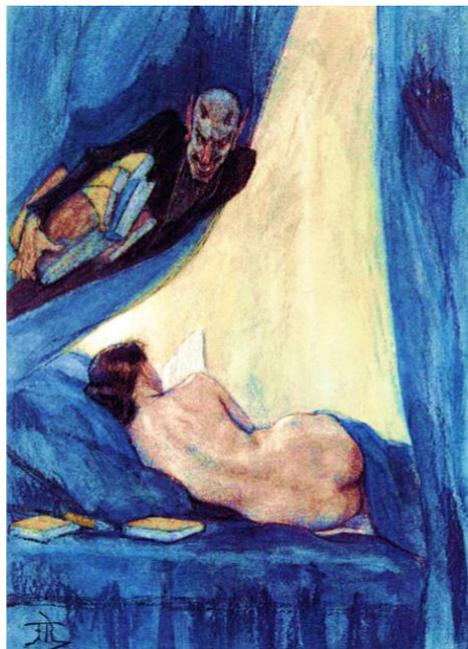
O médico indicava, como leituras saudáveis e edificantes, as biografias de pessoas ilustres, as máximas de moral pública e privada e textos de doutrina cristã.

Esse modo de pensar não era exclusivo do Dr. Lino Coutinho. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, foram escritos diversos tratados sobre *como* os livros deveriam ser lidos, o que incluía, certamente, *quais* livros deveriam ser lidos. Segundo consta no tratado *Moyen de lire avec fruit*, que foi reeditado diversas vezes até o final do século XVIII e compôs a biblioteca de muitos brasileiros da elite, “há dois motivos que nos levam a ler, um para nos formar um estilo, outro para adquirir conhecimentos: (pois eu não tenho nada a fazer com aqueles que leem por puro divertimento)” (SACCHINI, 1768, p. VI apud ABREU, 2012, p. 198). Baniam-se, assim, os gêneros da leitura extensiva, sobretudo os romances, do universo da boa leitura, *aquela capaz de alimentar o intelecto e a alma*. Percebe-se nesses gestos que as representações da leitura feminina – e, também, as representações sobre o feminino – são rasas e cerceadoras do intelecto da mulher, considerando-a sempre como um ser humano de segunda categoria.

A leitura de textos que podiam despertar sentimentos de paixão e sensualidade era totalmente reprovada e, em nome da moral e dos bons costumes vigentes, a leitura de romances não era recomendada às moças de boa família, sobretudo às da elite. A jovem que lia romances estava sempre sob suspeita de pecado e “ameaçada pelo inferno e pela presença de demônios”, fato representado nos quadros de diversos pintores dos séculos XIX e XX.

Representam-se nas telas das figuras 12, 13 e 14 os cenários das ameaças a que os leitores, de modo geral, e as leitoras, mais especificamente, estavam submetidos. A imaginação e o deleite que determinadas leituras poderiam suscitar levariam seus leitores para um mundo de perdições e estas tentações não poderiam ser coisas de Deus, conforme sugere a presença dos demônios nos quadros.

Fig. 12 – *O bibliotecário*, de Félicien Rops, Bélgica, 1878



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/297659856601299182/>

Fig. 13 - *La Béatrice*, de Jan Frans de Boever, 1922



Fonte: <https://conchigliadivenere.wordpress.com/2016/10/21/jan-frans-de-boever-1872-1949-belgian/>

Na figura 12, em *O bibliotecário*, de Félicien Rops (1878), um diabo aparece como o fornecedor de livros da leitora despida entre os lençóis. Na figura 13, os demônios parecem embalar os sonhos lascivos da jovem cuja mão direita é guiada por um diabrete a puxar o vestido, enquanto a mão esquerda segura um livro. Na figura 14, novamente o diabo induz sua leitora aos romances de “perdição”, conforme destaque. Aí a jovem aparece completamente despida, tendo um espelho ao seu lado, no qual se pode ver sua imagem refletida. A leitora parece totalmente absorvida pela leitura. Para além da imagem, contribui para essa análise os títulos dos quadros, conforme figuras 12 e 14, por exemplo.

Fig. 14 – *A leitora de romances*, de Antoine Joseph Wiertz, 1853



Fonte: <https://pt.artsdot.com/@/8YDJSG-Antoine-Wiertz-O-romance-leitor->

É de espantar que a sociedade reinante até o século XIX, cuja formação estava diretamente ligada aos espaços religiosos, tenha conseguido suplantar o poderoso discurso dogmático pregado pelo cristianismo, que valorizava a castidade e o rigor na formação moral das “pessoas de bem”, alcançando independência na escolha de seus livros. Impor-se a essa sociedade patriarcal, conquistar a habilidade de ler e a liberdade de escolher suas leituras deve ter custado muito a essas leitoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difusão das habilidades de ler e de escrever, bem como a difusão dos impressos, ocorreu de forma conturbada e com forte oposição do povo, inicialmente, e dos letrados, sobretudo os eclesiásticos – que temiam que a rígida moral veiculada pela égide da fé, da moral e dos bons costumes se dissolvesse perante a leitura de obras profanas. De um lado, estava o povo, que recusava a escrita por entendê-la como um instrumento de dominação, do outro, os instruídos que se recusavam a partilhar um saber reservado às elites. Foi nesse cenário antagônico que a leitura, a escrita e os impressos, bens culturais até então reservados a poucos, conquistaram espaço, físico e subjetivo, nos ambientes privados. Durante o longo tempo de difusão dos textos e dos hábitos de leitura, diversas representações circularam nas muitas sociedades modernas e os quadros são excelentes retratos do cotidiano, carregados das

representações em vigor nas distintas comunidades em que foram criados, o que dá ao pesquisador a oportunidade de “observar” as práticas mantidas em outras sincronias. Embora tenha sofrido forte cerceamento por parte do poder instituído, as práticas de leitura se difundiram e suas representações, atualmente, estão ligadas à ideia de educação e lazer. A leitura, nos tempos atuais, é uma necessidade dos sujeitos, é o meio pelo qual se tem acesso ao conhecimento historicamente constituído, e é objeto de ações institucionais que visam ao estímulo dessa prática entre os jovens. Os objetos e os gêneros textuais se diversificaram com o advento da Internet e das redes sociais, fazendo com que a leitura seja algo corriqueiro e parte do cotidiano dos sujeitos.

Encerro com uma imagem (Fig. 15) que suscita muitas reflexões em relação às práticas de leitura da época em que a obra foi concebida. Parece haver, no início do século XIX, uma crítica ao apego que as pessoas parecem demonstrar em relação à leitura, o que dá ao quadro um ar de charge.

Nesse ambiente, apenas a criada e o cachorro não estão lendo. Isso se assemelha muito à relação que as pessoas mantêm com o aparelho celular na contemporaneidade, que faz com que, mesmo juntas, estejam separadas nos mundos criados pela leitura de vídeos e memes que chegam nas diversas redes sociais nas quais estão incluídas. Trata-se de uma relação bastante paradoxal com a leitura, pois ao mesmo tempo em que se lê muito (textos curtos e superficiais, vídeos, imagens etc.), também há um afastamento dos textos mais densos. Mas esta é uma discussão para outro momento... Assim caminham algumas representações acerca da leitura atualmente.

Fig. 15 - *Das Lesekabinett*, Heinrich Lukas Arnold, 1815



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lesekabinet.jpg>

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. 2.ed. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2012.
- ALMEIDA JÚNIOR. Arrumadeira curiosa, séc. XIX, 1893. Óleo sobre tela, dimensões: 52x28cm. Arrematado no Leilão de Objetos de Arte realizado no Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, organizado por Pedro Lacerda, 1980.
- _____. *Vitorino Carmillo*, 1890. Óleo sobre tela. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Almeida_J%C3%BAnior_-_Vitorino_Carmillo,_1890.jpg. Acesso em 18 de ago. 2018.
- _____. *Repoouso*, séc. XIX, óleo sobre tela. Disponível em: Fonte: *Errore. Riferimento a collegamento ipertestuale non valido*. Acesso em 13 de jul. de 2018.
- _____. *Prudente de Moraes*, 1890. Óleo sobre tela. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Almeida_J%C3%BAnior_-_Prudente_de_Morais%2C_1890.jpg . Acesso em 18 de ago. de 2018.
- _____. *Cenas da família de Adolfo Pinto*, 1891. Óleo sobre tela. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Adolfo_Pinto. Acesso em: 19 de ago de 2018.
- ANTÔNIO PARREIRAS. *Leitura matinal*, 1916. Disponível em: *Errore. Riferimento a collegamento ipertestuale non valido*. Acesso em 23 de ago. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. A força da representação. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2.ed. São Paulo: USP, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (org.), *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 231-253.
- BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-278.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991a. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 ago. 2018.
- _____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.) *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991b. p. 113-159.
- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*. Salvador: Typographia de Carlos Poggette, 1849.
- FÉLICIEN ROPS. *O bibliotecário*. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/297659856601299182/>. Acesso em 2 de set. de 2018.

-
- HENRIQUE BERNARDELLI. *Interior com menina que lê*, 1876-1886. Óleo sobre tela, dimensões: 94x63.5x2.2 cm. São Paulo, MASP. Fotografia de João Musa. Disponível em: <<https://masp.org.br/acervo/obra/interior-com-menina-que-le>>. Acesso em: 20 de ago. 2018.
- HEINRICH LUKAS ARNOLD. *Das Lesekabinett*, 1815, óleo sobre tela. Disponível em: Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lesekabinet.jpg>. Acesso em: 25 mai 2018.
- JAN FRANS DE BOEVER. *La Béatrice*, 1922, óleo sobre tela. Disponível em: *Errore. Riferimento a collegamento ipertestuale non valido*. Acesso em 15 de maio de 2018
- JAN STEEN. *A alegre família*, Leiden, 1665, óleo sobre tela. Disponível em: https://nl.wikipedia.org/wiki/Jan_Steen#/media/File:Jan_Steen_Vrolijke_huisgezin.jpg. Acesso em 20 de ago. 2018.
- JOSÉ MALHOA. *Figura decorativa*, 1902. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/File:Jos%C3%A9_Malhoa_-_Figura_decorativa,_1902.jpg. Acesso em 13 jul. de 2018.
- PEDRO BERRUGUETE. *São Domingos de Gusmão e os Albigenses*, 1493-1499. Óleo sobre madeira. altura, 122 cm; largura: 83 cm. Madri, Museu do Prado, sala 057B. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Inkvisisjonen.jpg?uselang=p> t>. Acesso em 20 de ago. 2018.
- PER ESKILSON. *Reading lound*, 1856. Óleo sobre tela, dimensões 47cmx56x=cm.
- REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.
- SILVA, Ezequiel Teodoro da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 20 de dezembro de 2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 20 de maio de 2019.